

HABEAS CORPUS Nº 502.402 - SP (2019/0094905-7)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : WELSON OLEGARIO
ADVOGADO : WELSON OLEGÁRIO - SP0097362
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FERNANDO MATEUS POLI

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em benefício de FERNANDO MATEUS POLI, contra r. decisão que indeferiu o pedido liminar no **writ**. n. 2023067-96.2019.8.26.0000, em trâmite no eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que a Defesa do paciente impetrou **habeas corpus** junto ao eg. Tribunal de origem, apontando como autoridade coatora o e. Promotor de Justiça da Comarca de Fernandópolis/SP, que teria solicitado a instauração de inquérito policial em seu desfavor.

Todavia, ao analisar o pedido liminar, o em. Desembargador Relator do feito indeferiu a medida de urgência, nos termos da decisão proferida em 12/02/2019 (fls. 38-39).

No presente **writ**, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo, ora impetrante, pleiteia a superação do óbice contido na súmula n. 691 do col. STF e afirma, em síntese, que não há justa causa para a propositura da ação penal, uma vez que o paciente agiu no exercício de sua profissão, no âmbito de suas prerrogativas profissionais, não com dolo específico de caluniar, referindo-se aos magistrados no sentido genérico e não à pessoa do Juiz da causa.

Requer, ao final, o deferimento do pedido liminar "*para fim único de suspender-se o indiciamento ou prosseguimento de procedimento já mencionado contra o Paciente até julgamento final do presente pedido.*" (fl. 12).

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Supremo Tribunal Federal, firmou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Consoante se pode aferir da inicial, verifica-se que o presente **habeas corpus** investe contra o indeferimento de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais, descabe a utilização da ação constitucional em situações como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância.

Na hipótese, o **writ** impetrado na origem teve o pedido liminar indeferido sob os seguintes fundamentos, **verbis**:

"A análise sumária da impetração não autoriza concluir pelo preenchimento dos requisitos para concessão da medida liminar, pois não há como saber a real situação processual do Paciente, até porque não restou claramente demonstrado se o inquérito policial já foi efetivamente instaurado, sendo indispensáveis informações da autoridade apontada como coatora para o exame da pretensão. A medida liminar em Habeas Corpus é cabível quando o constrangimento ilegal é manifesto e constatado de plano, pelo exame sumário da inicial, o que não ocorre no presente caso, impossibilitando a análise cuidadosa dos fatos e documentos para identificar o periculum in mora e o fumus boni iuris, que por ora não vislumbro.

Consequentemente, indefiro a liminar."

No caso, a análise da questão excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito do **writ** e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se

configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, e ao eg. Tribunal de origem.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer
Relator

